

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Submissão de trabalho ao ST 016 - Artes de curar, Pensamento Médico e Doenças no contexto da Escravidão e do pós-Emancipação

Entre a cura e a doença: uso de drogas e controle médico na origem do proibicionismo brasileiro

Luísa Saad¹

Em notícias de jornais do início do século XX é comum encontrar referências a pequenos e grandes crimes cometidos por cidadãos sob o uso de drogas supostamente fornecidas por médicos e farmacêuticos de forma não oficial. Embora a criminalização da venda de substâncias com caráter entorpecente como a cocaína, o ópio e seus derivados só tenha ocorrido em 1921 e da maconha em 1932, o acesso a essas drogas era – ou deveria ser – restrito. Médicos diplomados seriam os responsáveis por receitá-las e os farmacêuticos as venderiam apenas sob prescrição médica. Sua circulação, entretanto, não parecia ser tão controlada de acordo com os inúmeros casos retratados pelas fontes.

Dentre os diagnósticos de “toxicomania” registrados no Hospício Nacional do RJ nas primeiras décadas do século XX, a maioria dos internados afirmava ter iniciado o uso a partir de prescrição médica, ou seja, por uma via legal, sendo que a quase totalidade desses era de pessoas brancas. Tais dados indicam que o acesso à medicina então oficializada e suas ofertas de tratamento era maior – ou mais facilitado – para pessoas brancas, ainda que não abastadas. Os usuários abusivos abastados preferiam se internar em instituições privadas, como o famoso Sanatório Botafogo – propriedade dos Drs. Adauto Botelho e Pernambuco Filho, não coincidentemente autores do livro “Vícios sociais elegantes”.

Os “vícios sociais elegantes” (cocaína, éter, ópio e derivados) eram assim chamados em função de sua origem e, principalmente, de quem os usava. O consumo desses figurava o rol dos vícios *chic*, ao passo que o uso da maconha estava “disseminado entre as classes mais pobres e quase incultas dos nossos sertões”, ameaçando o futuro da

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista CNPQ.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“raça nacional”. Nos mesmos jornais de circulação diária é possível encontrar notícias que lamentam a recorrente prática de crimes por “jovens de bem” ou “moças de família” sob o efeito dos tóxicos elegantes. Por outro lado, chama a atenção o tom nada compassivo quando alertam sobre o consumo de maconha por pessoas de classes baixas, embora raramente qualquer crime esteja associado a esse uso.

Essa comunicação se propõe a pensar aspectos da origem do pensamento proibicionista brasileiro que começa a se desenhar nos primeiros anos do século XX, tendo como influência o pensamento/movimento moral-higienista que vinha se formando desde os fins do século XIX. No cenário internacional o proibicionismo chegava como prática médico-sanitária, religiosa e política e no Brasil encontrou terreno fértil junto às preocupações advindas do fim da escravidão e da Proclamação da República somadas à crescente urbanização e ao aumento das “classes perigosas” – e o perigo social que essas representavam.